

Turismo e Lazer Urbanos em Espaços Públicos: relevância dos processos de interação cultural para a gestão de parques

Fernanda Costa da Silva¹

Célia Ferraz de Souza²

Resumo

Uma vez que as atividades turísticas sempre incorporam aspectos culturais, as comunidades anfitriãs e os turistas estabelecem relações entre si, de tal forma que modificam o espaço em que ocorrem. O meio urbano, cenário de estudo deste trabalho, não é exceção a este fenômeno. E, os parques públicos, como expoentes urbanos de lazer e turismo, realizados, respectivamente, pelas comunidades locais e pelos turistas, são recortes das cidades, capazes de apresentar um sistema complexo de atrativos, configurando-se em ambientes de interatividade. Sob a gestão do Estado, representam não apenas a legitimação dos moradores, a partir do uso qualificado, ou a motivação dos visitantes, mas consistem em ferramentas de controle e vontade política de uma época. O trabalho apresentado assenta-se sob a discussão das esferas de consumo e gestão dos parques urbanos, objetivando-se contribuir para a reflexão de como os processos culturais devam ser levados em consideração, para que um planejamento urbano responsável desses parques seja verificado.

Palavras-chave: Turismo urbano. Lazer. Cultura. Parques públicos. Gestão.

1 Introdução

De algum modo, as atividades turísticas sempre incorporam aspectos culturais, os quais são mantidos e compartilhados entre seus praticantes. Mediante a ação, a comunicação e os bens culturais que materializam a cultura, é que os visitantes e visitados constroem trocas e reelaboram vivências e conceitos, em determinados espaços físicos utilizados comumente, mesmo que por um breve período.

Para Gastal (2002, p.121), no que diz respeito ao Turismo enquanto ofício, hoje a cultura integra-se como instrumento de insumo às atividades desempenhadas pelos profissionais dessa área, os quais têm, nela, um dos componentes essenciais de seus objetos de trabalho. A cultura não é apenas um pressuposto ou objeto de estudo teórico, mas um conjunto de manifestações, entendidas como essenciais e que geram produtos concretos. Nesse contexto, a cultura assume papel de socialização entre visitantes e visitados, enquanto processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade (GASTAL, 2002). Assim, o

¹ Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Bacharel em Turismo (Universidade Federal de Pelotas). E-mail: fernandacds@hotmail.com.

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Professora Adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cefsouza@hotmail.com.

passar do tempo e, conseqüentemente, dos indivíduos por uma cidade, modificam-na, de modo a torná-la o resultado concreto de experiências acumuladas. Para Castrogiovanni (2000, p.23), a cidade deve ser vista “como uma representação da condição humana, sendo que essa representação se manifesta por meio da arquitetura em si e da ordenação dos seus elementos”.

Como espaços de sociabilidade e de lazer, os parques no meio urbano têm sido utilizados por um grupo cada vez mais heterogêneo. Além disso, permitem, enquanto espaços de uso público, o desenvolvimento de atividades educativas, culturais, recreativas e de descanso ao ar livre (FUREGATO, 2005, p.1). Sob outro aspecto, os parques caracterizam-se por apresentarem um conjunto de “áreas verdes públicas, representativas da macro-paisagem local, cumprindo a função da conservação biofísica, da pesquisa científica e da recreação pública” (MACHADO, 2004, p.3).

Sob o prisma turístico, os parques possibilitam uma forma de se viabilizar e de incentivar o turismo urbano, agregando elementos desportivos, artísticos, naturais, comerciais e intelectuais em um mesmo espaço. Tornam-se interessantes especificamente aos que praticam assiduamente o lazer e o turismo no meio urbano, uma vez que propiciam o contato com a natureza devido a suas áreas verdes preservadas. Particularmente estas “permitem uma utilização, não só por parte de usuários locais, como também de visitantes turistas, principalmente quando seu uso vem acompanhado pela oferta de equipamentos, serviços e atrações” (FUREGATO, 2005, p.1).

Nesse sentido, pode-se afirmar que uma das principais singularidades do turismo no meio urbano dá-se pela caracterização do público consumidor: um mesmo espaço passa a ser destinado tanto a turistas como à comunidade anfitriã. Independentemente da ordem em que o planejamento territorial ocorra – se primeiramente servindo ao turismo ou se visando o lazer da comunidade em instância principal –, em algum momento ele deverá ser integrado, contemplando tanto moradores como visitantes. Eis o grande problema de muitas das cidades que contemporaneamente vem trabalhando para atender à demanda turística urbana: conseguir proporcionar o cotidiano de qualidade aos locais, ao passo que seja possível atender aos turistas, sem que isso signifique desrespeito entre as diferentes interfaces culturais envolvidas no processo.

Dada a importância relevante de valorização dos grupos tidos como turistas e comunidade anfitriã no turismo urbano, bem como a conexão entre os elementos de cultura aí dispostos, este trabalho embasa-se na discussão de como a interação ocorrida em parques públicos pode corroborar ao bom uso desses lugares, bem como das próprias cidades. Objetiva-se, com isso, refletir acerca da gestão pública de espaços abertos enquanto

ferramenta benéfica a um sistema turístico responsável, que atenda aos anseios de consumo e de trocas culturais, ao passo que possa consistir, também, em elemento formador de um planejamento urbano de qualidade.

Para tanto, serão explanados essencialmente os conceitos de cultura – e seus elementos –, turismo, lazer, espaços públicos e gestão, os quais, ao longo do texto, servirão de base para a ilustração do objetivo aqui pretendido. Ao final, espera-se contribuir para a discussão acerca da importância de um planejamento territorial urbano integrado, no que tange aos aspectos de estudo do Urbanismo e do Turismo.

2 Cultura e Turismo Urbano

Na organização das sociedades atuais, a “cultura” passou a ocupar uma posição mais destacada. Ainda que o conceito de cultura não tenha abandonado totalmente as referências à erudição, ele se ampliou e tornou a englobar a noção de práticas, de trabalho e de processos diversos, mediante meios de expressões. Lévi-Strauss (1986), por exemplo, aponta que a cultura é um sistema simbólico, uma criação acumulativa da mente humana. Na mesma direção, Laraia (1986) define a cultura, de um modo geral, como um sistema adaptativo, de cognição, estrutural e simbólico.

Relacionando-se os elementos culturais às cidades, tem-se que elas, enquanto expoentes da urbanização, representam espaços geograficamente estáticos, mas socialmente dinâmicos, sendo, todavia, produtos que fazem parte dos espaços. As cidades são frutos de elaborações reais, concretas, mas também são produtos de representações subjetivas, não-concretas e, portanto, carregadas de valores individuais, o que lhes confere uma variada gama de papéis e funções, conjuntos distintos que formam a identidade de um meio urbano (BELLO, 1997). No que se refere ao consumo dos produtos de cultura no meio urbano, em especial ao produto turístico, pode-se afirmar que suas motivações são diversas, não estando ligadas somente a necessidades, mas a símbolos materiais e imateriais, provenientes da emoção (NUSSBAUMER, 2000).

Relativamente ao turismo desenvolvido no meio urbano, pode-se ratificar que nele são consumidos essencialmente os patrimônios culturais. E, na visão de Serpa (2007, p.15), “na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis”. Esses elementos se constituem de bens tangíveis e intangíveis, não correspondendo somente ao que “representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos” (BARRETTO, 2000, p.11).

O fenômeno turístico urbano está vinculado à história Moderna, sendo definido por Gastal (2003, p.58) como talvez “o mais desafiador, num mundo em que as localidades espalhadas em torno do planeta desenvolvem acirrada disputa por atrair fluxos de pessoas, de negócios e de investimentos”, e, por esse motivo, “as cidades não devem ser únicas, mas múltiplas em si mesmas”. Nesse contexto, o turismo no meio urbano apresenta-se como uma das tantas atividades que movimentam esses elementos, atribuindo-lhes singularidades. Dessa forma, tal como assinala Wainberg (2000, p.10), “sob o ponto de vista de uma teoria do turismo, cabe pensar a cidade como atração, um site, o qual possui subsistemas variados, num tempo determinado e a custos diversos”.

Embora estudos apontem problemas de interação cultural entre comunidades receptoras e visitantes, o Turismo também pode se apresentar como colaborador para a construção de um “sentimento de pertencimento do morador ao seu local de vivência, fruto principalmente das condições que esse oferece para viver” (Pires, 2004, p.5). Nesse sentido, reforça-se a teoria de que uma cidade planejada para atender aos seus moradores, de forma ampla, poderá também servir para bem receber os turistas, sem que isso gere uma ruptura ou uma segregação cultural em ambos os grupos envolvidos no processo. Assim, “a qualidade dos impactos da atividade sobre a população das regiões turísticas depende muito mais da sociedade que o implanta, ou o recebe, que do próprio Turismo” (idem, p.6).

3 Espaços Públicos de Lazer e Turismo: os parques urbanos

As “muitas cidades”, com diferentes papéis e funções dentro de uma única cidade, são possíveis porque consistem em lugares de abrigo dos elementos dinâmicos – as pessoas. Pela experiência individual, acumulada em sua trajetória de vida, cada pessoa processa uma realidade interior – correspondente aos valores pessoais e às subjetividades –, mantendo-a e relacionando-a com a realidade exterior – com as outras realidades pessoais. Essa relação concretiza a formação do que se chama de memória coletiva.

A esse respeito, Halbwachs (1990, p.30) abaliza não haver memória sem espaço - de trabalho, de lazer e da infância, entre outros. O autor afirma que a memória coletiva (visão global) é algo que se relaciona direta e intensamente ao espaço onde é construída. Essa memória, sustentada por um grupo, dado seu valor de coletividade, é extremamente complexa e, portanto, mais difícil de ser analisada como um todo, uma vez que é composta por estereótipos do passado e por metáforas. A recuperação e a análise da memória coletiva, além da questão identitária, implica o conhecimento do patrimônio de uma cidade, e,

consequentemente, a sua valorização por parte dos próprios habitantes (BARRETO, 2000, p. 78). Estes veem, nos patrimônios, suas histórias individuais, que constituem e legitimam uma história coletiva por meio da visão global.

Nas cidades, os patrimônios materiais, enquanto alguns dos elementos representativos de memória e de cultura, constituem-se como referenciais, pontos fixos na dinâmica desses espaços. Eles representam, segundo Bello (ibid., p.19), “a vontade social de uma época”, caracterizando, ainda, um reconhecimento social, dado seu caráter de permanência na estrutura da cidade (BELLO, 1997, p.19). Nessa conjuntura, os parques públicos, abertos à população e postos à disposição dos usuários, permitem não somente as trocas culturais, mas, apresentam-se como espaços coletivos de construção de memória, processo este que concerne legitimação ao seu papel no meio urbano.

Sobre a origem do espaço público, Borja (2006) aponta ser este “uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade”. E, mais especificamente em relação à concepção de parques públicos, Serpa esclarece que “o século XIX é o período no qual emerge a idéia do parque público urbano”, atribuindo-se a esse espaço “um conjunto de qualidades que deveriam resolver os males da nascente civilização industrial”. Essa resolução de problemas deveria ocorrer, especialmente, através do exemplo das classes então tidas como dominantes, enquanto grupos que se apropriavam desses espaços, fazendo de seus hábitos no meio público um exemplo aos demais “expectadores” (Serpa, 2007, p.80). Contudo, ao contrário do que ocorria no cerne de sua concepção, a utilização dos parques urbanos tornou-se mais ampla, não estando mais caracterizada apenas como cenário de exposição das classes abastadas. Enquanto espaços de sociabilidade e de lazer, os parques no meio urbano tem sido utilizados por um grupo cada vez mais heterogêneo.

Esses grupos, quando formados pelos habitantes, beneficiam-se das práticas de lazer. Uma vez identificados com esses espaços públicos, os moradores dinamizam-os, tornando-os também atrativos aos demais usuários não-locais. Sobre este tipo de utilização de espaço, o lazer dos moradores, Andrade afirma que ele pode ser efetuado de muitas maneiras, “sem necessidade de que seu praticante se vincule a qualquer atividade turística” (ANDRADE, 2001, p.27), evidenciando-se, aí, a distinção existente entre os dois sistemas: de lazer e de turismo, os quais, embora possam atuar de forma sinérgica, possuem características próprias. O autor trata do sistema de lazer, ainda, sob o seguinte aspecto:

(...) deve-se considerar que o lazer, pela diversidade de seus tipos, formas e modalidades, e pela variedade das alternativas pessoais a ele referentes, não pode continuar a ser considerado fenômeno comum e corriqueiro. Na realidade, ele é dinâmico (...), além de valorizar as pessoas que o praticam e as características que as individualizam, tem capacidade de atendê-las de acordo com os objetivos que elas almejam (Andrade, 2001, p.27-28).

Relacionando-se lazer e turismo nos espaços públicos configurados como parques, pode-se afirmar que ambos os fenômenos “não são simplesmente acontecimentos, mas constituem-se em atos humanos que envolvem o psicossomatismo, a opção por alternativas e as conclusões” (ANDRADE, 2001, p.27). Sob o prisma turístico, os parques possibilitam uma forma de se viabilizar e de incentivar o turismo urbano, agregando elementos diversos em um mesmo espaço. Rodrigues (1997) aponta a necessidade de se valorizarem os lugares em suas expressões identitárias, sem que isso signifique isolamento. Como expoentes significativos de identidade das cidades, os parques podem ser considerados recortes urbanos de análise rica, por concentrarem diferentes grupos, classes e atividades humanas, bem como por reunirem elementos espaciais e naturais diversos.

3.1 Importância da análise dos processos culturais na gestão do espaço público

Enquanto territórios destinados ao bem público, os parques abertos, inseridos no meio urbano, estão, sob um aspecto mais amplo, a cargo da gestão do Estado – ainda que muitas vezes sejam verificadas ações de intervenções por parte do setor privado. No que tange à gestão pública que abarca o turismo, Köthler sinaliza para uma prática recorrente:

(...) na maioria das vezes a gestão pública do turismo resume-se à sua promoção e fomento, mesmo que planos e estratégias de desenvolvimento defendam um papel mais amplo e ativo ao poder público, e/ou que a capacidade de carga da cidade já tenha sido ultrapassada (...) (KÖTHLER, 2011, p.267).

De uma forma geral, também os parques públicos não representam apenas a vontade dos usuários – locais, que legitimam os espaços; e visitantes, que fazem uso sazonal destes –, mas também se configuram como “um meio de controle social” das políticas públicas, as quais “procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas” (SERPA, 2007, p.21). Assim, os parques públicos assinalam, também, uma vontade política.

Na contemporaneidade, estudos apontam que o manejo de territórios que considera o planejamento apenas sob os aspectos da ordenação e de um processo racional e metodológico de atribuição de usos, não é suficiente para garantir o sucesso dos espaços, ou

seja, não garante a produção ou o estabelecimento de lugares tidos como qualificados. Na mesma direção, Oliveira afirma que:

A adoção de uma percepção majoritariamente mercadológica da atividade por investidores e, mais preocupante, pelo próprio poder público, tem promovido diversos impactos negativos às localidades onde o turismo se desenvolve. Até mesmo os efeitos positivos, nesse contexto, podem ser questionados (OLIVEIRA, 2005, p.76).

Nessa direção, “os planejadores devem preocupar-se com as pessoas e as formas de ocupação deste espaço urbano” (RIBEIRO, 2006, p.311). O planejamento em grandes cidades precisa obedecer, portanto, “a princípios gerais que permitam a apropriação do espaço urbano pela população” (SERPA, 2007, p.137), considerando a participação da comunidade anfitriã no processo de gestão (OLIVEIRA, 2005, p.84). Por planejamento participativo, Oliveira define ser ele:

(...) negociado junto à população dos destinos turísticos, seja através da representatividade desta em órgãos consultivos da estrutura oficial de turismo, ou por algum tipo de mecanismo de diálogo entre poder público e população local (OLIVEIRA, 2005, p.83-84).

Assim, o papel do planejador deve ser o de tentar fomentar e não impedir um processo participativo de planejamento. Borja (2006), corroborando a essa visão, identifica os espaços públicos como sendo de interatividade, de conexões. As cidades constituem-se, por conseguinte, em locais onde o melhor urbanismo é aquele que cria espaços de intercâmbio. Mas, para que este fenômeno ocorra, é necessário que a gestão seja direcionada para comunidades receptoras e para os visitantes, em igual nível importância.

4 Conclusões

Os parques urbanos, enquanto recortes das cidades, exercem papel de subsistemas representativos de identidade global, uma vez que neles são verificadas atividades diversas, ao mesmo tempo que seus freqüentadores pertencem a grupos sociais distintos, características essenciais para suas condições de atratividade. Eles são, ao mesmo tempo, espaços físicos e agentes viabilizadores, conjugando-se em lugares que reúnem todos os lugares em si mesmos, podendo, dessa forma, inserirem-se no conceito contemporâneo de lazer e turismo.

Em seus limites, são verificadas as relações entre cultura, memória e pessoas (usuários). A partir dessa relação, os parques urbanos no meio público agem como aproximadores culturais sendo, ao mesmo tempo em que locais de lazer, meios para a interatividade. Os produtos culturais que neles são veiculados podem ser entendidos como

agentes de emancipação, os quais propõem a livre expressão dos diferentes grupos sociais, que se apropriam então dos lugares.

O papel da gestão do tipo de parque aqui analisado é imprescindível, pois, no momento em que os sistemas do turismo e do lazer atuam concomitantemente, faz-se necessária uma planificação sinérgica, no sentido de atender as demandas aí verificadas: visitantes e visitados. Sobre isso, Serpa aponta que “para o planejamento turístico, a questão central é a construção de uma transversalidade lúdica que respeite as diferenças, mas que não as reitere, reinstalando a segmentação”, de forma que o turismo não seja segregador, mas que atue para conferir qualidade e desenvolvimento responsável nos espaços públicos (SERPA, 2007, p.115). Devem ser levados em conta, portanto, não somente os consumidores ocasionais (turistas), ainda que estes gerem reflexos positivos econômicos consideráveis para o contexto urbano receptor. Ao contrário, é necessário atender cotidianamente os moradores, pois serão eles os legitimadores originais dos espaços públicos, mais precisamente os parques, para que, a partir de então, haja um fluxo distinguido como turístico. Nesse sentido, a acessibilidade não é somente reconhecida como física, mas também é analisada enquanto fator simbólico, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem, no tocante à análise do planejamento urbano, implicações que ultrapassam as configurações físicas (Serpa, 2007, p.16).

5 Referências Bibliográficas

ANDRADE, José Vicente de. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BELLO, Helton Estivolet. **O ecletismo e a imagem da cidade: caso de Porto Alegre**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio. **Arquitextos**. N° 072.03, maio de 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/arquitextos>>. Acesso em: 25 de maio de 2001.

FUREGATO, Maria Cecília H. Parque Urbano Orquidário Municipal de Santos/SP: equipamento de lazer e turismo. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, Santos, SP, UNISANTOS – Univ. Católica de Santos. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos>>. Acesso em: 16 nov. 2005, 21:54.

GASTAL, Susana. Produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: BARRETTO FILHO, Abdon; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000. p.33-41.

GASTAL, Susana (Org.). **Turismo; 9 propostas para um saber-fazer**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação).

GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo na Pós-Modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990. p.25-52.

KÖHLER, André Fontan. Patrimônio cultural, turismo e gestão pública: exploração turística predatória e desvalorização patrimonial em Igarassu, Brasil. **Passos: revista de turismo e patrimônio cultural**. Vol. 9, nº2., pg. 265-278, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O fim das viagens. In: _____. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1986.

MACHADO, Fernanda de Alencar. **Os parques urbanos como espaços de apropriação heterogênea: lazer e turismo na Pampulha**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, VIII, Curitiba, 2004. *Anais...* Curitiba, 2004.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **O mercado da cultura em tempos (pós)modernos**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo. **Caderno virtual de turismo**. Rio de Janeiro: vol. 5, nº2, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/issue/view/16>>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

PIRES, Ewerthon Veloso. Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: uma análise conceitual. **Caderno virtual de turismo**. Rio de Janeiro: vol. 4, nº13, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/58/53>>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

RIBEIRO, Renata. Planejamento Urbano, Lazer e Turismo: os parques públicos em Curitiba-PR. **Turismo - Visão e Ação**. V. 8, nº2, p.309-321, maio/ago., 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo: desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

WAINBERG, Jacques. Cidades como sites de excitação turística. In: BARRETTO FILHO, Abdon; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.